



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 7º

RELATÓRIO Nº 8590458 / 2022 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/DEPLAG/ASPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1031 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIGLAS E ABREVIATURAS

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DEA - Despesas de Exercícios Anteriores

DEPLAG - Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional

DJe - Diário do Judiciário Eletrônico

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

RCL - Receita Corrente Líquida

RGF - Relatório de Gestão Fiscal

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

RPV - Requisição de Pequeno Valor

SEPLAG/MG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SIAFI/MG - Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais

SIGPlan - Sistema de Informações Gerais e de Planejamento do Estado de Minas Gerais

TCE/MG - Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

TJMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UO - Unidade Orçamentária

URV - Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020

2.1. Orçamento da Receita

2.2. Orçamento da Despesa

2.3. Créditos Suplementares

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Execução da Receita

3.2. Execução da Despesa

3.2.1. Ação 2053 - Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

3.2.2. Ação 2054 - Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

3.2.3. Ação 7006 - Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

3.2.4. Ação 7004 - Precatórios e Sentenças Judiciárias

3.2.5. Despesas de Exercícios Anteriores

4. RESULTADO FISCAL

4.1. Primeiro Quadrimestre

4.2. Segundo Quadrimestre

4.3. Terceiro Quadrimestre

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os atos de gestão concernentes ao exercício de 2021, relativos à Unidade Orçamentária 1031 – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, demonstrando o processo de elaboração do orçamento anual (*2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA*), a execução orçamentária e das metas estabelecidas, conforme conteúdo programático (*3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA*) e os resultados fiscais apurados no período (*4. RESULTADO FISCAL*).

Constitui-se como parte integrante da prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o conjunto normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 1.281/PR/2021, que dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, exercício de 2021, é atribuição da Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG a produção do documento.

No exercício em análise, ocorreu a publicação da Resolução nº 969/2021, que dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência, revogando a Resolução 854/2017.

Dentre os “considerandos” do normativo, destaca-se a “necessidade de aprimorar o processo decisório inerente à gestão no Tribunal de Justiça, para garantir o cumprimento de políticas, diretrizes e premissas básicas previstas para o Poder Judiciário, bem como assegurar as ações de assessoramento à Presidência e de representação política, social e institucional do Presidente do Tribunal de Justiça”.

Nesse sentido, foram constituídos como órgãos de assessoramento deliberativo da Presidência, conforme inciso I do artigo 2º:

“Art. 2º São órgãos de Assessoramento à Presidência:

I - Órgãos de Assessoramento Deliberativo:

a) Comitê de Governança e Gestão Estratégica;

b) Comitê Executivo de Gestão Institucional;

c) Comitê Institucional de Inteligência;

d) Comitê de Monitoramento e Suporte à Prestação Jurisdicional;

e) Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação;

f) Comitê Gestor de Segurança da Informação;”

Por seu turno, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças também possui papel relevante no fluxo decisório dos atos de gestão, competindo-lhe, conforme artigo 48 do Regimento Interno do TJMG, emitir parecer sobre as propostas para as leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no âmbito do Poder Judiciário, bem como acompanhar a execução do orçamento mediante o exame dos relatórios periódicos apresentados pela unidade administrativa competente e a elaboração dos estudos relacionados ao orçamento e oferecer sugestões à direção do Tribunal ou ao Órgão Especial.

Insta também mencionar os Comitês Orçamentários de 1º e de 2º Graus, instituídos, respectivamente, por meio das Resoluções TJMG nº 834/2016 e nº 835/2016, em atendimento à Resolução CNJ nº 195/2014. A sua criação, com composição e atribuições específicas, reflete um modelo gerencial orientado para a gestão compartilhada, buscando tornar mais efetiva a participação de magistrados e servidores na formulação da peça orçamentária.

Todos esses órgãos compuseram o corpo decisório e participativo ao longo de 2021, ano de gestão do Exmo. Presidente, Desembargador Gilson Soares Lemes.

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2021

Por meio da UO 1031 – TJMG, foram programadas as despesas relativas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, advindas da remuneração de magistrados e servidores ativos, inativos civis e pensionistas, e aos auxílios pagos a magistrados, servidores, inativos e pensionistas, além de constar a usual “janela orçamentária” referente aos precatórios e sentenças judiciais.

A proposta orçamentária de 2021 foi elaborada conforme os preceitos estabelecidos na Lei Estadual nº 23.685, de 07 de agosto de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO).

A formulação da proposição relativa à UO 1031 considerou também a Receita Corrente Líquida – RCL estimada para 2021, R\$63.740.065.482 (sessenta e três bilhões, setecentos e quarenta milhões, sessenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e dois reais), conforme Ofício Circular GAB/SEC/Nº 016/2020, encaminhado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG/MG, em 10 de julho de 2020, tendo sido observados os limites de comprometimento da RCL preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), quais sejam:

- Limite de alerta: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,3190% da RCL;
- Limite prudencial: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,6145% da RCL;
- Limite máximo: a folha líquida de pessoal corresponde a 5,9100% da RCL.

Dessa forma, a proposta orçamentária de pessoal foi elaborada com parâmetro no supracitado limite prudencial (5,6145% da RCL).

Em 25/08/2020, foi aprovada pelo Órgão Especial do TJMG para encaminhamento ao Poder Executivo.

2.1. Orçamento da Receita

O orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas programadas está distribuído entre as seguintes fontes de recursos:

- 10 – Recursos Ordinários;
- 42 – Contribuição Patronal para o RPPS;
- 43 – Contribuição do Servidor para o RPPS;
- 58 – Recursos Para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS.

As fontes 10 – Recursos Ordinários e 58 – Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS são relativas aos repasses originários do Tesouro Estadual, enquanto as fontes 42 e 43, denominadas receitas de contribuição do RPPS, são projetadas pela Superintendência Central de Planejamento e Orçamento da SEPLAG/MG. Para 2021, as estimativas foram de:

- Fonte 10: R\$ 4.560.275.592;
- Fonte 58: R\$ 990.629.926;
- Fonte 42: R\$ 492.030.120;
- Fonte 43: R\$ 339.469.970.

Ademais, constam do ativo circulante da UO 1031 disponibilidades bancárias oriundas de superávits financeiros relativos a exercícios anteriores. Assim, para manutenção da liquidez destes recursos, houve a previsão de receitas provenientes da remuneração destas disponibilidades no valor de R\$21.019.552 (vinte e um milhões, dezenove mil e quinhentos e cinquenta e dois reais).

Por serem recursos vinculados à fonte 60 (Recursos Diretamente Arrecadados), fica impossibilitada sua utilização para dispêndios relativos a despesas com pessoal e encargos sociais. Assim, este valor ficou destinado à cobertura de despesas orçadas na UO 4031.

2.2. Orçamento da Despesa

A elaboração da proposição orçamentária relativa à UO 1031 para 2021 considerou as projeções de despesas para o período, em função, precipuamente, do acompanhamento da folha base anual, tendo sido utilizada como referência, conforme menção anterior, o limite prudencial especificado pela LRF, não sendo ultrapassado, portanto, o percentual de 5,6145% da RCL estadual, de acordo com o demonstrativo abaixo.

Quadro I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Proposta Orçamentária 2021

Especificação	Valor (R\$)	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	6.272.206.981	
Pessoal Ativo	4.016.872.432	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.255.334.549	
Outras Despesas de Pessoal - Contratos de Terceirização	-	
Despesas Não Computadas (II)	2.694.835.514	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissões Voluntárias	-	
Decorrentes de Decisões Judiciais	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	942.989.241	

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.665.231.751	
Despesas de Caráter Indenizatório	86.614.522	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	3.577.371.467	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	63.740.065.482	
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.577.371.467	5,6124
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	3.767.037.870	5,9100
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	3.578.685.976	5,6145
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	3.390.334.083	5,3190

Fonte: Relatório da Proposta Orçamentária de 2021.

Ademais, o orçamento foi composto de forma a possibilitar a realização de diversas outras despesas, além dos eventos considerados regulares, tendo em conta especialmente os contextos orçamentário-financeiro e jurídico, dentre as quais:

- pagamento dos auxílios concedidos a magistrados e servidores por meio desta Unidade Orçamentária, com utilização de recursos do tesouro;
- pagamento de passivos relativos à equivalência salarial, URV e outros;
- indenização de férias-prêmio, em razão do disposto no artigo 124 da Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001;
- indenização de férias vencidas;
- nomeação de magistrados e servidores;
- recomposição dos vencimentos/proventos em função da Lei Estadual nº 18.909, de 31 de maio de 2010;
- Promoção Vertical de 2020.

Para a UO 1031 foi orçado o valor total de R\$6.666.789.080 (seis bilhões, seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e nove mil e oitenta reais), sendo R\$6.272.207.981 (seis bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, duzentos e sete mil e novecentos e oitenta e um reais) referentes ao Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais e R\$394.581.099 (trezentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil e noventa e nove reais) relativos ao Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes.

O orçamento está distribuído entre quatro ações orçamentárias, cada uma com finalidades e características específicas, conforme evidenciado adiante no relatório (3.2. Execução da Despesa).

O quadro seguinte demonstra a divisão do orçamento de 2021 por ação orçamentária e por Grupo de Despesa.

Quadro II - Orçamento por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesa

Ação	Descrição	1 - Pessoal e Encargos Sociais (R\$)	3 - Outras Despesas Correntes (R\$)	TOTAL (R\$)
2053	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	983.252.121	60.083.315	1.043.335.436
2054	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	3.033.620.311	289.044.082	3.322.664.393

7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	2.255.334.549	45.453.702	2.300.788.251
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	-	1.000
TOTAL		6.272.207.981	394.581.099	6.666.789.080

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2021.

O próximo quadro, por seu turno, confronta os valores orçados para os exercícios de 2020 e 2021. Nota-se, em comparação ao ano de 2020, crescimento da ordem de 4,46% no orçamento aprovado para o exercício de 2021.

Quadro III - UO 1031 - Orçamento 2020 x 2021

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Varição
2053	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	1.040.912.435	1.043.335.436	0,23%
2054	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	3.395.727.487	3.322.664.393	-2,15%
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	1.945.764.686	2.300.788.251	18,25%
7004	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	1.000	0,00%
TOTAL		6.382.405.608	6.666.789.080	4,46%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2020 e 2021.

2.3. Créditos Suplementares

Não houve, durante o exercício de 2021, necessidade de readequação ou remanejamento do orçamento inicialmente aprovado. Nesse sentido, não foi encaminhada solicitação para abertura de créditos suplementares em favor da UO 1031.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

De forma semelhante ao que ocorreu em 2020, o ano de 2021 apresentou cenário de incertezas de ordem sanitária e econômica, dentre outros aspectos, especialmente em razão das necessárias medidas de contenção da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19). Em que pese ter havido notável avanço no processo de vacinação da população, o aparecimento de novas variantes do vírus é um desafio à realização de projeções com alto nível de precisão.

Assim, em breve análise do panorama econômico, percebe-se variação nas parametrizações macroeconômicas utilizadas para elaboração do projeto de lei orçamentária. A título de exemplificação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado para o ano de 2021 atingiu o percentual de 10,06%, ultrapassando significativamente o teto da meta governamental para o período (5,25%), bem como o referencial estabelecido na LDO (3,60%).

3.1. Execução da Receita

De acordo com especificação anterior, a arrecadação da fonte de recursos 60, oriunda da remuneração de depósitos bancários, de outras restituições e de outras receitas primárias, foi estimada em R\$21.019.552 (vinte e um milhões, dezenove mil e quinhentos e cinquenta e dois reais).

Ao final do exercício de 2021, foi contabilizado o valor de R\$61.876.864,50 (sessenta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), variação percentual de 194,38%, conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro IV - Receita Prevista x Receita Contabilizada - 2021

Fonte	Código	Especificação	Valor Previsto Inicial (R\$)	Valor Previsto Atualizado (R\$)	Valor Arrecadado (R\$)	% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	21.007.552	21.007.552	61.616.192,81	193,30%
60	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	260.281,69	4238,03%
60	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	390,00	-93,50%
Valor Total - UO 1031			21.019.552	21.019.552	61.876.864,50	194,38%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

3.2. Execução da Despesa

O quadro abaixo compara o Crédito Inicial, o Crédito Autorizado e a Despesa Realizada de 2021, destacando os valores por ação, grupo de despesa, fonte de recursos e procedência.

Quadro V – Crédito Inicial x Crédito Autorizado x Despesa Realizada - 2021

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial (R\$)	Crédito Autorizado (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	% Execução
2053	1	10	1	983.252.121,00	983.252.121,00	983.252.121,00	100,00%
2053	3	10	1	44.318.426,00	44.318.426,00	44.318.426,00	100,00%
2053	3	10	7	15.764.889,00	15.764.889,00	15.039.440,78	95,40%
2054	1	10	1	3.033.620.311,00	3.033.620.311,00	3.033.597.830,81	100,00%
2054	3	10	1	72.080.682,00	72.080.682,00	72.080.682,00	100,00%
2054	3	10	7	216.963.400,00	216.963.400,00	216.963.400,00	100,00%
7004	1	10	9	1.000,00	1.000,00	-	0,00%
7006	1	10	1	68.207.416,00	68.207.416,00	68.202.432,20	99,99%
7006	1	42	5	741.039.560,00	741.039.560,00	670.050.752,50	90,42%
7006	1	43	5	502.644.899,00	502.644.899,00	502.443.926,05	99,96%
7006	1	58	5	943.442.674,00	943.442.674,00	943.442.674,00	100,00%

7006	3	10	1	44.388.702,00	44.388.702,00	44.388.702,00	100,00%
7006	3	10	7	1.065.000,00	1.065.000,00	989.016,78	92,87%
TOTAL				6.666.789.080,00	6.666.789.080,00	6.594.769.404,12	98,92%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

As despesas realizadas por meio da UO 1031 totalizaram R\$6.594.769.404,12 (seis bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e doze centavos), o que representa percentual de execução de 98,92% em relação aos Créditos Inicial e Autorizado.

O próximo quadro compara a execução orçamentária dos exercícios de 2020 e 2021.

Considerando o total das despesas realizadas, nota-se variação positiva de 3,33%, tendo sido representativo o crescimento do valor executado por meio da ação orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas (14,59%).

Não houve realização de despesas na ação 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias.

Quadro VI – Despesas Realizadas – 2020 x 2021

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	Variação
2053	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	1.040.908.381,08	1.042.609.987,78	0,16%
2054	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	3.395.657.457,38	3.322.641.912,81	-2,15%
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	1.945.695.159,11	2.229.517.503,53	14,59%
TOTAL		6.382.260.997,57	6.594.769.404,12	3,33%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Nos próximos tópicos, 3.2.1 a 3.2.4, demonstra-se a execução por ação orçamentária.

Previamente, insta destacar o que aponta o Manual de Monitoramento do PPAG – 2021, disponível no sítio eletrônico da SEPLAG/MG, relativamente aos desempenhos físico e orçamentário das ações orçamentárias para cada período apurado.

Assim, a ação orçamentária possui desempenho “satisfatório” quando sua execução física e/ou financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação ao programado. Execuções abaixo desse índice recebem o status “crítico”; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o status “subestimado”.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que, se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual da ação e, se a execução física for não cumulativa, os valores lançados a cada mês não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

3.2.1. Ação Orçamentária 2053 - Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Função:

02 - Judiciária

Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Pessoa Remunerada
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	1.124

A ação orçamentária 2053 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais tem por finalidade viabilizar a remuneração de magistrados da ativa e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, visando garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza.

Conforme aponta o Quadro VI, a despesa total realizada por meio dessa ação foi R\$1.042.609.987,78 (um bilhão, quarenta e dois milhões, seiscentos e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).

O quadro seguinte demonstra a execução orçamentária por item de despesa e os valores percentuais que evidenciam o que representa cada rubrica em relação ao total realizado.

Quadro VII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2053 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.921.588,49	0,18%
1	11	1	VENCIMENTOS	423.475.807,83	40,62%
1	11	13	GRATIFICACAO DE EXERCICIO DO PODER JUDICIARIO	42.554,64	0,00%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	24.393.909,49	2,34%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	35.157.445,28	3,37%
1	11	34	HONORARIOS	490.711,86	0,05%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	19.771.657,40	1,90%
1	11	99	OUTROS	28.204.426,42	2,71%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	131.764.698,34	12,64%
1	16	5	FERIAS-PRÊMIO	52.263.423,31	5,01%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	265.726.188,90	25,49%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	39.709,04	0,00%
3	46	1	AUXÍLIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	15.039.440,78	1,44%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	44.318.426,00	4,25%
TOTAL				1.042.609.987,78	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Na sequência estão elencados alguns dos eventos extraordinários que, no decorrer do exercício de 2021, impactaram na execução das despesas alocadas na ação orçamentária 2053:

- Pagamento de indenização de férias regulamentares (janeiro);
- Pagamentos indenizatórios de férias-prêmio, com fulcro no art. 124 da Lei Complementar nº. 59/2001 (março e julho);
- Pagamentos de valores passivos relativos a URV e equivalência salarial (abril, agosto e dezembro);
- Pagamento de diferenças relativas à incidência de abono permanência sobre a gratificação de férias (realizado em outubro, referente ao período de janeiro a abril de 2021);
- Pagamentos indenizatórios relativos a saldo de banco de horas, ocorridos ao longo do ano;
- Inscrição, no mês de dezembro, de valores em restos a pagar, fonte de recursos 10, procedência 1, elementos-itens de despesa 92.01 – Despesas de Exercícios Anteriores (Grupo de Despesa 1) e 93.23 – Indenização Decorrente de Auxílio-Saúde (Grupo de Despesa 3).

O quadro seguinte evidencia a execução orçamentária por item de despesa, comparando os valores apurados em 2020 e 2021.

Quadro VIII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2053 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais – 2020 x 2021

Especificação				Despesa Realizada (R\$)		% Variação
Grupo	Elemento	Item	Descrição	2020	2021	
1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.576.672,06	1.921.588,49	21,88%
1	11	1	VENCIMENTOS	433.708.855,82	423.475.807,83	-2,36%
1	11	13	GRATIFICACAO DE EXERCICIO DO PODER JUDICIARIO	42.554,64	42.554,64	0,00%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	23.807.251,67	24.393.909,49	2,46%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	36.070.986,73	35.157.445,28	-2,53%
1	11	34	HONORARIOS	1.323.927,58	490.711,86	-62,94%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	13.553.395,07	19.771.657,40	45,88%
1	11	99	OUTROS	50.247.527,17	28.204.426,42	-43,87%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	97.997.034,35	131.764.698,34	34,46%
1	16	5	FERIAS-PRÊMIO	62.105.917,64	52.263.423,31	-15,85%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	243.707.253,35	265.726.188,90	9,03%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	-	39.709,04	-
3	46	1	AUXÍLIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	20.834.889,00	15.039.440,78	-27,82%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	55.932.116,00	44.318.426,00	-20,76%
TOTAL				1.040.908.381,08	1.042.609.987,78	0,16%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Percebe-se pequena variação positiva no total realizado (0,16%), tendo, portanto, valores muito próximos as despesas dos anos de 2020 e 2021.

Os próximos quadros apresentam os resultados referentes ao monitoramento realizado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, sendo o primeiro relativo à execução física e orçamentária em comparação ao que foi programado/reprogramado e o segundo concernente à execução física e orçamentária por região do Estado confrontada com a programação inicial.

O realizado físico da ação orçamentária (meta não cumulativa), 1.106 pessoas remuneradas, representou 98,40% da programação inicial. A realização orçamentária, por sua vez, foi de 99,93% do programado. Dessa forma, segundo os critérios do manual do PPAG, anteriormente explicitados, o desempenho foi satisfatório.

Quadro IX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2053 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	1.106	1.106	1.106	53.238.286,53	53.238.286,53	53.238.286,53
Fevereiro	1.104	1.104	1.104	52.410.366,63	52.410.366,63	52.410.366,63
Março	1.124	1.098	1.098	83.840.185,51	78.089.283,02	78.089.283,02
Abril	1.124	1.098	1.098	90.560.273,82	52.623.152,36	52.623.152,36
Maiο	1.124	1.093	1.093	55.560.273,82	53.010.650,30	53.010.650,30
Junho	1.124	1.087	1.087	67.651.117,23	66.413.874,29	66.413.874,29
Julho	1.124	1.085	1.085	73.696.538,94	94.365.010,80	94.365.010,80
Agosto	1.124	1.084	1.084	55.560.273,82	54.769.669,41	54.769.669,41
Setembro	1.124	1.081	1.081	55.560.273,82	55.756.670,19	55.756.670,19
Outubro	1.124	1.081	1.081	90.560.273,82	55.502.992,39	55.502.992,39
Novembro	1.124	1.077	1.077	55.560.273,82	56.650.002,64	56.650.002,64
Dezembro	1.124	1.078	1.078	309.137.298,24	370.505.477,44	369.780.029,22
TOTAL	1.124	1.106	1.106	1.043.335.436,00	1.043.335.436,00	1.042.609.987,78

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro X – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2053 – Remuneração de Magistrados da Ativa e Encargos Sociais

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Região Intermediária de Barbacena	33	33	100,00%	2,98%	31.034.225,00	34.913.204,19	112,50%	3,35%
Região Intermediária de Belo Horizonte	499	490	98,20%	44,30%	493.637.997,00	503.499.839,00	102,00%	48,29%
Região Intermediária de Divinópolis	57	55	96,49%	4,97%	49.732.518,00	47.846.242,40	96,21%	4,59%

Região Intermediária de Governador Valadares	31	32	103,23%	2,89%	26.195.171,00	25.805.129,34	98,51%	2,48%
Região Intermediária de Ipatinga	40	41	102,50%	3,71%	34.737.299,00	34.956.345,02	100,63%	3,35%
Região Intermediária de Juiz de Fora	103	100	97,09%	9,04%	91.353.805,00	90.888.490,95	99,49%	8,72%
Região Intermediária de Montes Claros	53	52	98,11%	4,70%	43.497.280,00	43.038.758,57	98,95%	4,13%
Região Intermediária de Patos de Minas	37	35	94,59%	3,16%	32.267.161,00	32.305.880,15	100,12%	3,10%
Região Intermediária de Pouso Alegre	62	60	96,77%	5,42%	52.421.172,00	52.761.778,11	100,65%	5,06%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	35	39	111,43%	3,53%	28.676.668,00	29.772.611,46	103,82%	2,86%
Região Intermediária de Uberaba	40	40	100,00%	3,62%	36.166.537,00	34.975.495,68	96,71%	3,35%
Região Intermediária de Uberlândia	54	53	98,15%	4,79%	54.339.999,00	46.893.088,55	86,30%	4,50%
Região Intermediária de Varginha	80	76	95,00%	6,87%	69.275.604,00	64.953.124,36	93,76%	6,23%
TOTAL	1.124	1.106	98,40%	100,00%	1.043.335.436,00	1.042.609.987,78	99,93%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.2. Ação Orçamentária 2054 - Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Pessoa Remunerada
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	14.236

A finalidade da ação orçamentária 2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais é viabilizar a remuneração de servidores da ativa e pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, visando garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza.

A despesa total realizada em 2021 alcançou o montante de R\$3.322.641.912,81 (três bilhões, trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e doze reais e oitenta e um centavos).

O primeiro quadro evidencia a execução orçamentária por item de despesa e a representatividade de cada rubrica na execução total.

Quadro XI – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
-------	----------	------	-----------	-------------	-----------------------

1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	14.735,85	0,0004%
1	11	1	VENCIMENTOS	1.433.348.266,97	43,14%
1	11	3	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	358.946.587,32	10,80%
1	11	17	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	21.831.035,07	0,66%
1	11	19	VANTAGEM PESSOAL	35.051,69	0,001%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	59.760.181,20	1,80%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	171.322.006,24	5,16%
1	11	23	GRATIFICACAO DE RISCO DE VIDA, SAUDE E CONTÁGIO	20.211.735,62	0,61%
1	11	34	HONORARIOS	286.218,31	0,01%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	56.235.039,26	1,69%
1	11	48	ADICIONAL DE DESEMPENHO - PESSOAL CIVIL	141.553.725,83	4,26%
1	11	58	ABONO SALARIAL DO PODER JUDICIARIO	27.913.926,59	0,84%
1	11	59	FUNCOES DE CONFIANCA	1.912.049,01	0,06%
1	11	99	OUTROS	59.115.332,51	1,78%
1	12	5	ABONO DE FERIAS	65.638,82	0,00%
1	12	7	GRATIFICACAO DE NATAL	175.304,40	0,01%
1	12	99	OUTRAS	2.088.961,08	0,06%
1	13	4	INSS - FOLHA	40.263.618,29	1,21%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	536.103.017,20	16,13%
1	16	1	SERVICO EXTRAORDINARIO	10.015.581,00	0,30%
1	16	2	SUBSTITUICAO EM CARGOS EM COMISSAO	25.983.307,11	0,78%
1	16	5	FERIAS-PRÊMIO	10.713.764,95	0,32%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	45.825.552,65	1,38%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	9.519.581,82	0,29%
1	93	7	RESSARCIMENTO REFERENTE A PESSOAL REQUISITADO DA ADMINITRACAO ESTADUAL	357.612,02	0,01%
3	8	3	AUXÍLIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	26.443.648,89	0,80%
3	46	1	AUXÍLIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	195.343.152,54	5,88%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	21.620.247,46	0,65%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	45.637.033,11	1,37%
TOTAL				3.322.641.912,81	100,00%

Abaixo estão relacionados os principais acontecimentos, além dos considerados rotineiros, que produziram impactos orçamentários na ação orçamentária 2054 em 2021:

- Pagamento das parcelas restantes do passivo das datas-bases de 2018 e 2019 (janeiro);
- Pagamentos indenizatórios referentes a URV (abril, setembro a dezembro);
- Pagamento, em setembro, de plantão HCMU (Habeas Corpus e outras medidas de natureza urgente);
- Pagamento, ao longo do exercício, de indenização relativa a saldo de banco de horas;
- Pagamento de diferenças relativas à incidência de abono permanência sobre a gratificação de férias (realizado em outubro, referente ao período de janeiro a abril de 2021);
- Pagamento de indenização de férias (novembro e dezembro);
- Posicionamento e pagamento integral do passivo relativo à Promoção Vertical de 2019;
- Inscrição, em dezembro, de valores em restos a pagar, fonte de recursos 10, procedência 1, elemento-item de despesa 92.01 – Despesas de Exercícios Anteriores (Grupo de Despesa 1).

O quadro seguinte apresenta o comparativo entre a execução orçamentária dos exercícios de 2020 e 2021.

Quadro XII – Execução por Item de Despesa – Ação Orçamentária 2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais – 2020 x 2021

Especificação				Despesa Realizada (R\$)		% Variação
Grupo	Elemento	Item	Descrição	2020	2021	
1	7	1	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.642,16	14.735,85	797,35%
1	11	1	VENCIMENTOS	1.403.155.191,80	1.433.348.266,97	2,15%
1	11	3	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	373.534.383,80	358.946.587,32	-3,91%
1	11	17	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	23.650.084,43	21.831.035,07	-7,69%
1	11	19	VANTAGEM PESSOAL	43.949,26	35.051,69	-20,25%
1	11	21	ABONO DE FERIAS	53.401.213,16	59.760.181,20	11,91%
1	11	22	GRATIFICACAO DE NATAL	166.892.925,09	171.322.006,24	2,65%
1	11	23	GRATIFICACAO DE RISCO DE VIDA, SAUDE E CONTAGIO	20.600.937,00	20.211.735,62	-1,89%
1	11	34	HONORARIOS	178.541,35	286.218,31	60,31%
1	11	44	ABONO DE PERMANENCIA	36.584.565,90	56.235.039,26	53,71%
1	11	48	ADICIONAL DE DESEMPENHO - PESSOAL CIVIL	119.123.937,84	141.553.725,83	18,83%
1	11	58	ABONO SALARIAL DO PODER JUDICIARIO	28.135.401,30	27.913.926,59	-0,79%
1	11	59	FUNCOES DE CONFIANCA	1.977.502,24	1.912.049,01	-3,31%
1	11	99	OUTROS	28.362.108,67	59.115.332,51	108,43%
1	12	5	ABONO DE FERIAS	45.122,88	65.638,82	45,47%
1	12	7	GRATIFICACAO DE NATAL	170.166,31	175.304,40	3,02%

1	12	99	OUTRAS	1.905.854,89	2.088.961,08	9,61%
1	13	4	INSS - FOLHA	41.192.962,61	40.263.618,29	-2,26%
1	13	5	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	408.069.493,95	536.103.017,20	31,38%
1	16	1	SERVICO EXTRAORDINARIO	7.296.286,37	10.015.581,00	37,27%
1	16	2	SUBSTITUICAO EM CARGOS EM COMISSAO	24.134.977,90	25.983.307,11	7,66%
1	16	5	FERIAS-PRÊMIO	11.932.429,62	10.713.764,95	-10,21%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	329.527.982,42	45.825.552,65	-86,09%
1	92	3	DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	24.875.653,26	9.519.581,82	-61,73%
1	93	7	RESSARCIMENTO REFERENTE A PESSOAL REQUISITADO DA ADMINITRACAO ESTADUAL	320.061,17	357.612,02	11,73%
3	8	3	AUXÍLIO-CRECHE OU ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	28.253.999,95	26.443.648,89	-6,41%
3	46	1	AUXÍLIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	192.418.704,99	195.343.152,54	1,52%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	25.044.695,01	21.620.247,46	-13,67%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	44.826.682,05	45.637.033,11	1,81%
TOTAL				3.395.657.457,38	3.322.641.912,81	-2,15%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Observa-se pequena redução (2,15%) na realização orçamentária de 2021, quando comparada ao exercício predecessor.

Na sequência, estão demonstrados os resultados de execução física e orçamentária referentes ao monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan. A execução física da meta (não cumulativa), 14.453 pessoas remuneradas, foi 1,52% superior à programação inicial, quantitativo de 14.236 pessoas. A realização orçamentária, por sua vez, alcançou o percentual de 100% do programado. Assim, considera-se o desempenho da ação orçamentária como satisfatório.

Quadro XIII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	14.236	14.453	14.453	252.565.193,20	252.565.193,20	252.565.193,20
Fevereiro	13.976	13.976	13.976	242.957.660,79	242.957.660,79	242.957.660,79
Março	14.236	13.978	13.978	244.126.916,63	251.931.280,10	251.931.280,10
Abril	14.236	13.954	13.954	244.629.862,53	247.848.972,22	247.848.972,22
Maiο	14.236	13.933	13.933	245.691.651,64	244.538.463,92	244.538.463,92
Junho	14.236	13.915	13.915	246.198.138,26	245.722.493,81	245.722.493,81
Julho	14.236	13.881	13.881	336.665.604,03	324.006.548,55	324.006.548,55

Agosto	14.236	13.855	13.855	247.213.530,49	242.539.522,27	242.539.522,27
Setembro	14.236	13.824	13.824	247.679.636,17	271.713.068,17	271.713.068,17
Outubro	14.236	13.807	13.807	248.234.651,22	254.069.134,98	254.069.134,98
Novembro	14.236	13.791	13.791	248.703.155,92	276.134.077,45	276.134.077,45
Dezembro	14.236	13.801	13.801	517.998.392,12	468.637.977,54	468.615.497,35
TOTAL	14.236	14.453	14.453	3.322.664.393,00	3.322.664.393,00	3.322.641.912,81

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XIV – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 2054 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Região Intermediária de Barbacena	384	386	100,52%	2,67%	90.185.030,00	91.389.375,67	101,34%	2,75%
Região Intermediária de Belo Horizonte	6.960	7.072	101,61%	48,93%	1.588.446.504,00	1.582.888.289,48	99,65%	47,64%
Região Intermediária de Divinópolis	708	720	101,69%	4,98%	165.645.454,00	167.387.004,93	101,05%	5,04%
Região Intermediária de Governador Valadares	404	404	100,00%	2,80%	103.917.691,00	103.567.269,88	99,66%	3,12%
Região Intermediária de Ipatinga	410	413	100,73%	2,86%	91.242.072,00	92.885.735,59	101,80%	2,80%
Região Intermediária de Juiz de Fora	1.222	1.236	101,15%	8,55%	302.368.744,00	303.341.532,38	100,32%	9,13%
Região Intermediária de Montes Claros	558	567	101,61%	3,92%	138.763.586,00	137.614.850,27	99,17%	4,14%
Região Intermediária de Patos de Minas	373	388	104,02%	2,68%	85.972.050,00	85.474.193,06	99,42%	2,57%
Região Intermediária de Pouso Alegre	720	742	103,06%	5,13%	169.654.244,00	170.145.784,82	100,29%	5,12%

Região Intermediária de Teófilo Otoni	428	440	102,80%	3,04%	107.950.452,00	106.713.581,33	98,85%	3,21%
Região Intermediária de Uberaba	456	458	100,44%	3,17%	107.857.766,00	108.853.716,77	100,92%	3,28%
Região Intermediária de Uberlândia	617	628	101,78%	4,35%	135.128.619,00	138.744.534,12	102,68%	4,18%
Região Intermediária de Varginha	996	999	100,30%	6,91%	235.532.181,00	233.636.044,51	99,19%	7,03%
TOTAL	14.236	14.453	101,52%	100,00%	3.322.664.393,00	3.322.641.912,81	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.3. Ação Orçamentária 7006 - Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Função:	09 - Previdência Social
Subfunção:	272 - Previdência do Regime Estatutário
Programa:	705 - Apoio às Políticas Públicas
Produto:	Provento Pago
Unidade de Medida:	Provento
Meta Física:	6.145

A ação orçamentária 7006 tem como finalidade atender ao pagamento de despesas com proventos de inativos civis e pensionistas, tendo em conta a proteção da saúde e a manutenção da qualidade de vida dos beneficiários nos termos da legislação em vigor.

Em 2021, a despesa total foi de R\$2.229.517.503,53 (dois bilhões, duzentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezessete mil, quinhentos e três reais e cinquenta e três centavos).

O quadro seguinte mostra a execução orçamentária por item de despesa com o percentual de representatividade de cada item em relação ao valor total.

Quadro XV – Execução Por Item de Despesa – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R\$)	% em relação ao TOTAL
1	1	1	PROVENTOS DE APOSENTADOS	1.138.779.191,20	51,08%
1	3	7	PENSOES CIVIS DO RPPS	212.959.893,30	9,55%
1	13	6	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL INATIVO	3.131.334,21	0,14%
1	13	8	OBRIGACAO PATRONAL - PENSIONISTAS	1.400.659,81	0,06%
1	59	3	PENSAO ESPECÍFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDENCIA	27.730.237,36	1,24%
1	92	1	DESpesas de Exercícios Anteriores - Pessoal	800.138.468,87	35,89%

3	8	2	AUXÍLIO-FUNERAL	989.016,78	0,04%
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	44.388.702,00	1,99%
TOTAL				2.229.517.503,53	100,00%

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Destacados estão a seguir, os principais eventos não ordinários que impactaram a execução orçamentária 7006, no decorrer do ano:

Pagamento das parcelas restantes do passivo das datas-bases de 2018 e 2019 (janeiro);

Pagamento de passivos referentes à URV e Equivalência Salarial;

Inscrição, em dezembro, de valores em restos a pagar, fonte de recursos 10, procedência 1, elementos-itens de despesa 92.01 – Despesas de Exercícios Anteriores (Grupo de Despesa 1) e 93.23 – Indenização Decorrente de Auxílio-Saúde (Grupo de Despesa 3); fonte de recursos 58, procedência 5, elemento-item de despesa 92.01 – Despesas de Exercícios Anteriores (Grupo de Despesa 1).

O quadro abaixo, por seu turno, compara as despesas realizadas em 2020 e 2021 por item de despesa.

Cumprir destacar o importante crescimento da despesa realizada no exercício de 2021 em relação ao ano anterior, índice de 14,59%.

Quadro XVI – Execução Por Item de Despesa – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas – 2020 x 2021

Especificação				Despesa Realizada (R\$)		% Variação
Grupo	Elemento	Item	Descrição	2020	2021	
1	1	1	PROVENTOS DE APOSENTADOS	1.108.655.510,94	1.138.779.191,20	2,72%
1	3	7	PENSOES CIVIS DO RPPS	197.773.095,13	212.959.893,30	7,68%
1	13	6	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL INATIVO	3.064.911,73	3.131.334,21	2,17%
1	13	8	OBRIGACAO PATRONAL - PENSIONISTAS	1.249.225,81	1.400.659,81	12,12%
1	59	3	PENSAO ESPECÍFICA DOS INSTITUTOS DE PREVIDENCIA	30.948.732,07	27.730.237,36	-10,40%
1	92	1	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	559.614.981,43	800.138.468,87	42,98%
3	8	2	AUXÍLIO-FUNERAL	-	989.016,78	-
3	93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXÍLIO SAUDE	44.388.702,00	44.388.702,00	0,00%
TOTAL				1.945.695.159,11	2.229.517.503,53	14,59%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Os quadros seguintes informam os números referentes à execução física e orçamentária da ação, conforme constam no monitoramento do PPAG, sendo o primeiro relativo ao acompanhamento mensal e o segundo referente à realização por região estadual.

O cumprimento físico da ação orçamentária (meta não cumulativa), 6.217 proventos pagos, ficando 1,17% acima do originalmente programado (6.145). A execução orçamentária, por sua vez, foi de 96,9% do projetado. Destarte, segundo os critérios do manual do PPAG, o desempenho foi satisfatório.

Quadro XVII – Execução Mensal – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	6.145	6.217	6.217	108.098.492,40	108.098.492,40	108.098.492,40
Fevereiro	6.125	6.125	6.125	107.952.924,62	107.952.924,62	107.952.924,62
Março	6.145	6.141	6.141	120.820.942,47	108.779.435,30	108.779.435,30
Abril	6.145	6.164	6.164	120.883.442,47	109.149.314,86	109.149.314,86
Maiο	6.145	6.145	6.145	120.945.954,97	108.791.462,56	108.791.462,56
Junho	6.145	6.160	6.160	121.008.479,98	109.857.690,71	109.857.690,71
Julho	6.145	6.168	6.168	175.562.729,06	154.658.838,61	154.658.838,61
Agosto	6.145	6.194	6.194	126.068.479,98	260.669.141,45	260.669.141,45
Setembro	6.145	6.197	6.197	127.081.022,52	124.097.264,26	124.097.264,26
Outubro	6.145	6.197	6.197	127.899.582,60	122.300.726,12	122.300.726,12
Novembro	6.145	6.203	6.203	147.151.022,52	123.587.712,35	123.587.712,35
Dezembro	6.145	6.205	6.205	897.315.177,41	862.845.247,76	791.574.500,29
TOTAL	6.145	6.217	6.217	2.300.788.251,00	2.300.788.251,00	2.229.517.503,53

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XVIII – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 7006 – Proventos de Inativos Civis e Pensionistas

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Região Intermediária de Barbacena	172	178	103,49%	2,86%	59.285.339,00	58.914.626,44	99,37%	2,64%
Região Intermediária de Belo Horizonte	3.034	3.026	99,74%	48,67%	1.284.227.744,00	1.263.310.098,82	98,37%	56,66%
Região Intermediária de Divinópolis	296	298	100,68%	4,79%	93.284.688,00	87.459.413,10	93,76%	3,92%
Região Intermediária de Governador Valadares	167	171	102,40%	2,75%	51.949.022,00	51.612.291,11	99,35%	2,31%
Região Intermediária de Ipatinga	153	153	100,00%	2,46%	47.219.189,00	42.295.375,53	89,57%	1,90%
Região Intermediária de Juiz de Fora	606	628	103,63%	10,10%	202.655.265,00	194.788.535,61	96,12%	8,74%
Região Intermediária de Montes Claros	203	211	103,94%	3,39%	63.935.798,00	67.032.241,21	104,84%	3,01%
Região Intermediária de Patos de Minas	149	152	102,01%	2,44%	46.661.048,00	40.907.303,16	87,67%	1,83%

Região Intermediária de Pouso Alegre	366	370	101,09%	5,95%	120.923.516,00	109.901.201,90	90,88%	4,93%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	198	200	101,01%	3,22%	60.432.382,00	59.285.447,64	98,10%	2,66%
Região Intermediária de Uberaba	154	162	105,19%	2,61%	53.060.999,00	48.434.981,87	91,28%	2,17%
Região Intermediária de Uberlândia	217	224	103,23%	3,60%	80.289.223,00	80.053.697,36	99,71%	3,59%
Região Intermediária de Varginha	430	444	103,26%	7,14%	136.864.038,00	125.522.289,78	91,71%	5,63%
TOTAL	6.145	6.217	101,17%	100,00%	2.300.788.251,00	2.229.517.503,53	96,90%	100,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.4. Precatórios e Sentenças Judiciárias

Função:	28 - Encargos Especiais
Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais
Programa:	705 - Apoio às Políticas Públicas
Produto:	Precatório/RPV Pago
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	1

A ação orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias tem por finalidade atender ao pagamento de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor, tendo em vista a execução das decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pelo Poder Judiciário contra a Fazenda Pública.

No ano de 2021, não houve execução orçamentária para a referida ação orçamentária, conforme tem acontecido ao longo dos últimos exercícios financeiros.

Quadro XIX – Execução Mensal – Ação Orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Março	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Abril	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Mai	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Junho	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Julho	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Agosto	0	0	0	0,00	0,00	0,00

Setembro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Outubro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Novembro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Dezembro	1	1	0	1.000,00	1.000,00	0,00
TOTAL	1	1	0	1.000,00	1.000,00	0,00

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

Quadro XX – Execução Regionalizada – Ação Orçamentária 7004 – Precatórios e Sentenças Judiciárias

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	1	0	0,00%	0,00%	1.000,00	-	0,00%	0,00%
TOTAL	1	0	0,00%	0,00%	1.000,00	-	0,00%	0,00%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan.

3.2.5. Despesas de Exercícios Anteriores

Os próximos quadros apresentam informações referentes à realização de despesas de exercícios anteriores (elemento de despesa 92) em 2020 e 2021, com a variação percentual entre os dois exercícios, demonstrando, respectivamente, o total realizado por ação orçamentária e a execução orçamentária de forma detalhada.

Quadro XXI – Despesas de Exercícios Anteriores – 2020 x 2021 – Por Ação Orçamentária

Ação	Descrição	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
2053	REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	243.707.253,35	265.765.897,94	9,05%
2054	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS	354.403.635,68	55.345.134,47	-84,38%
7006	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	559.614.981,43	800.138.468,87	42,98%
VALOR TOTAL		1.157.725.870,46	1.121.249.501,28	-3,15%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

Quadro XXII – Despesas de Exercícios Anteriores – 2020 x 2021 – Detalhamento

Ação	Grupo	Modalid.	Elemento	Item	Item Descrição	Fonte	Proced.	Credor	2020 (R\$)	2021 (R\$)	% Variação
2053	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	10	1	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	243.707.253,35	265.726.188,90	9,03%
2053	1	91	92	3	DEA - OBRIGACOES PATRONAIS	10	1	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	-	39.709,04	-
2054	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	10	1	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO	6.155,02	17.763,66	188,60%

2054	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	10	1	FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	329.521.827,40	45.807.788,99	-86,10%
2054	1	91	92	3	DEA - OBRIGACOES PATRONAIS	10	1	FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	24.875.653,26	9.519.581,82	-61,73%
7006	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	10	1	FOLHA PENSÃO	48.201.465,39	40.472.194,84	-16,04%
7006	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	43	5	FOLHA APOSENTADOS	-	11.600.000,00	-
7006	1	90	92	1	DEA - PESSOAL	58	5	FOLHA APOSENTADOS	511.413.516,04	748.066.274,03	46,27%
VALOR TOTAL									1.157.725.870,46	1.121.249.501,28	-3,15%

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG.

4. RESULTADO FISCAL

Instituído pela LRF em seu artigo 54, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF é emitido ao longo do exercício, quando do encerramento de cada quadrimestre, contendo, dentre outros, o demonstrativo de Despesa Total com Pessoal (LRF, art. 55, alínea a), por meio do qual é apurado o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF em seus artigos 19 e 20.

Para sua elaboração, levanta-se a despesa líquida com pessoal, deduzindo-se da despesa bruta com pessoal as despesas de exercícios anteriores, os pagamentos de natureza indenizatória e os gastos com inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados à contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Na sequência estão demonstrados os resultados fiscais quadrimestrais apurados durante o exercício de 2021.

4.1. Primeiro Quadrimestre

O próximo quadro apresenta o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do RGF, publicado no Diário do Judiciário Eletrônico – DJe em 28 de maio de 2021, relativo ao primeiro quadrimestre de 2021, período de apuração de maio de 2020 a abril de 2021.

A despesa total com pessoal somou R\$3.612.171.347,45 (três bilhões, seiscentos e doze milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), o que corresponde a 4,88% da RCL computada, qual seja, R\$73.954.710.889,62 (setenta e três bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e dez mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos). Observa-se, portanto, que não foi sequer ultrapassado o limite de alerta estabelecido na LRF (5,32%).

Quadro XXIII – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 1º Quadrimestre de 2021

Relatório de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre de 2021		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Maior/2020 a Abril/2021		
Especificação	Valor (R\$)	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	6.086.216.800,57	
Despesas Não Computadas (II)	2.474.143.933,48	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	3.612.072.867,09	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	73.954.710.889,62	

Despesa Total com Pessoal - DTP	3.612.171.347,45	4,88
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	4.370.723.413,58	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	4.152.187.242,90	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	3.933.651.072,22	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG (publicação: 28 de maio de 2021).

4.2. Segundo Quadrimestre

O quadro seguinte, por seu turno, evidencia o Demonstrativo da Despesa com Pessoal atinente ao segundo quadrimestre de 2021, considerado o período de setembro de 2020 a agosto de 2021, de acordo com publicação do DJe de 29 de setembro de 2021.

A despesa total com pessoal atingiu o montante de R\$3.754.892.563,05 (três bilhões, setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinco centavos), o que representa o índice de 4,69% da RCL observada para o período, R\$79.988.293.158,36 (setenta e nove bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, duzentos e noventa e três mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos), permanecendo, por conseguinte, respeitados os limites determinados pela LRF.

Quadro XXIV – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 2º Quadrimestre de 2021

Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2021		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Setembro/2020 a Agosto/2021		
Especificação	Valor (R\$)	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	6.298.765.465,24	
Despesas Não Computadas (II)	2.543.971.382,55	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	3.754.794.082,69	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	79.988.293.158,36	
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.754.892.563,05	4,69
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	4.727.308.125,66	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	4.490.942.719,39	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	4.254.577.313,09	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG (publicação: 29 de setembro de 2021).

4.3. Terceiro Quadrimestre

O demonstrativo relativo ao 3º quadrimestre do exercício, período de apuração de janeiro a dezembro de 2021, publicado no DJe em 28 de janeiro de 2022, evidencia o índice de comprometimento da RCL, com pequena redução em relação ao valor encontrado no período anterior.

Em resumo, a despesa total com pessoal alcançou o montante de R\$3.855.868.368,47 (três bilhões, oitocentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), equivalendo a 4,68% da RCL apurada, R\$82.432.561.595,79 (oitenta e dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos).

Quadro XXV – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 3º Quadrimestre de 2021

Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2021		
Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Janeiro a Dezembro de 2021		
Especificação	Valor (R\$)	% RCL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	6.200.966.324,10	
Despesas Não Computadas (II)	2.345.121.368,09	
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	3.855.844.956,01	
Recente Corrente Líquida - RCL (IV)	82.432.561.595,79	
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.855.868.368,47	4,68
Limite Máximo (5,9100% da RCL)	4.871.764.390,31	5,91
Limite Prudencial (5,6145% da RCL)	4.628.176.170,80	5,61
Limite de Alerta (5,3190% da RCL)	4.384.587.951,28	5,32

Fonte: Portal da Transparência TJMG (publicação: 28 de janeiro de 2022).

A título de comparação, segue demonstrativo com os resultados quadrimestrais apurados nos anos de 2020 e 2021.

Quadro XXVI – Resultados LRF – 2020 x 2021

Período de Apuração	Resultado – LRF (%)	
	2020	2021
1º Quadrimestre	4,96	4,88
2º Quadrimestre	4,87	4,69
3º Quadrimestre	4,86	4,68

Fonte: Portal da Transparência TJMG



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota, Assessor(a) Técnico(a)**, em 26/04/2022, às 11:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende, Diretor(a) Executivo(a)**, em 26/04/2022, às 11:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **8590458** e o código CRC **C101325A**.

0021588-60.2022.8.13.0000

8590458v16